



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

## **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROBABILIDADES DE MEDIAÇÃO ENTRE A DESIGUALDADE E A JUSTIÇA SOCIAL**

Josiane Marlise Theis de Aguirre, [josi.agui2019ges@gmail.com](mailto:josi.agui2019ges@gmail.com), IFPR/UEM, Umuarama, PR  
Mara Rubia Theis, [marubiat@ifsc.edu.br](mailto:marubiat@ifsc.edu.br), IFSC, Jaraguá dos Sul, SC  
Máriam Trierveiler Pereira, [mariam.pereira@ifpr.edu.br](mailto:mariam.pereira@ifpr.edu.br), IFPR, Campus Curitiba, PR  
Marli Teresinha Everling, [marli.everling@gmail.com](mailto:marli.everling@gmail.com), UNIVILLE, Campus Joinville, SC

### **Resumo:**

Neste artigo propõem-se reflexionar sobre a educação ambiental como mediadora à equidade e justiça social frente aos problemas ambientais advindos da desigualdade social no Brasil. O tema proposto é pensado para aplicação no ensino fundamental I e II, considerando referências da Carta da Terra, documento que promove princípios éticos e valores fundamentais fortalecendo os Objetos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Sob essa ótica entende-se que a educação de qualidade pode ser estimulada junto às ações da educação ambiental alinhando-se à construção de competências gerais propostas pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Assim, pode-se delinear um parâmetro para estabelecer a aprendizagem significativa e o desenvolvimento do potencial humano como direito legítimo de todos, uma semente para um futuro que valorize o pensamento científico, crítico e criativo. Por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, exploratória e de levantamento bibliográfico, propõem-se ressaltar a relevância da educação ambiental na modalidade de ensino básico, ou em ambientes que se faz necessária, na qual se supõe que os indivíduos estejam abertos ao aprendizado mais amplo sobre a necessidade de cuidados com o ecossistema e a manutenção da vida para o bem-estar de todos, visando a reflexão e mudança de postura quanto aos problemas socioambientais.

**Palavras-chave:** Carta da Terra, problemas socioambientais, equidade e sustentabilidade.

### **Introdução**

No presente artigo, ressalta-se a importância da educação ambiental (EA) na modalidade de ensino fundamental I e II, a fim de se propor reflexões sobre a temática socioambiental atual. A EA é fundamentada na Carta da Terra, documento que promove princípios éticos e valores fundamentais como contribuição para a equidade e justiça social frente aos problemas ambientais advindos da desigualdade social no Brasil. Com essa visão, entende-se que a educação de qualidade pode ser estimulada junto às ações da educação ambiental, alinhando-se à construção de competências gerais propostas pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC, com o objetivo de propor às futuras gerações os cuidados com o meio ambiente e a sobrevivência humana.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

A educação ambiental faz-se necessária devido à crise atual que se vive em termos ambientais, sociais e econômicos. Entende-se que a desigualdade socioeconômica está se ampliando e Layrargues, já em 2009, antecipava-se a essa adversidade e dizia que a crise ambiental traria desafios novos às sociedades modernas e exigiria, no rumo da civilização, uma alteração. Foi assim que muitos sistemas passaram por processos de adaptação, o que agora, mais que antes, faz-se necessário urgentemente. As desigualdades são multifacetadas, e como menciona Layrargues, (2009, p. 2): “A desigualdade pode se revelar em inúmeras manifestações sociais, como no acesso ou falta de acesso aos serviços públicos básicos como educação, saúde, transporte, água e saneamento; na questão étnica e de gênero; na ocupação de postos de trabalho, de cargos de direção.”

Analisando esse cenário, pode-se incluir uma reflexão sobre os 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), citados e explicados pela ONU (Organização das Nações Unidas), criados em setembro de 2015, pela Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, projetados na Agenda 2030. Os ODS foram propostos como uma forma de ação para erradicar a pobreza e proteger o meio ambiente em um mundo onde as pessoas possam desfrutar da paz e da prosperidade (ONU, 2020).

O ODS 4, que se refere à Educação de Qualidade, o ODS 10, que se propõe à Redução de Desigualdades, e o ODS 1, que se refere à Erradicação da Pobreza, parecem ter uma correlação profunda com a promoção de ações ambientais e podem impulsionar uma conscientização sobre a responsabilidade de cada ser humano com o planeta e toda a sociedade, ou seja com o Desenvolvimento Sustentável (MMA, 2018).

Ao ampliar a discussão sobre a redução da desigualdade social e econômica entre os países, o ODS 10 (BRASIL, 2013), baseado no indicador que trata sobre a “taxa de crescimento das despesas domiciliares ou rendimento *per capita* entre os 40% com os menores rendimentos da população e a população total”, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013), concluiu que é necessário manter um baixo índice de desemprego. Contudo, o índice de desocupação na sociedade brasileira é de 12,6%, apresentado pela Editoria de Estatísticas Sociais no trimestre móvel encerrado em abril de 2020, exposto no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Ainda no ODS 4, as oportunidades de aprendizagens ao longo da vida para todos e todas, com seus sete indicadores propostos no texto da ONU (2015), podem fomentar muitos dos outros objetivos, entre os quais está a superação da desigualdade (ODS 10). Ademais, sobre os ODS, podem-se encontrar pesquisas nos cadernos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que apontam o esforço nacional para alcançar tais objetivos, bem como uma análise mais profunda, baseada em dados reais sobre o que é necessário fazer para atingi-los (IPEA, 2013).

Para a implementação da educação de qualidade do ODS 4, segundo Camillo (2020), pode-se incluir vários outros ODSs, como a disparidade de gênero na educação; a inclusão de pessoas vulneráveis; a construção e a melhoria de instalações físicas para o desenvolvimento da educação com equidade para todos; a possibilidade de adquirir conhecimentos e desenvolver



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

habilidades para a cidadania em todos os âmbitos; ampliar o acesso à bolsa de estudos; possibilitar a formação continuada aos professores, entre outros. No entanto, é possível ver o cancelamento de muitas das políticas públicas relacionadas, tanto no âmbito educacional quanto econômico atuando neste momento, na contramão de todas essas necessidades (COSTA; MILANI, 2020).

Camilo (2020) menciona que as desigualdades, com o passar dos séculos, principalmente na América Latina, alinharam-se às crises financeiras e aos efeitos negativos que a mesma conleva para o desenvolvimento social, e como consequência ambas se acentuaram. Contudo, Camilo (2020) afirma que quando há um fomento da educação de qualidade, como resultado as pessoas tornam-se mais reflexivas e desenvolvem o pensamento crítico e tomam outros rumos em suas vidas, atuando no mercado de trabalho formal, desenvolvendo seu potencial humano. Assim, dentro da educação de qualidade, pode-se incluir a educação ambiental para uma vida sustentável promovendo a responsabilidade de todos.

Em vista do exposto, o objetivo deste estudo foi refletir sobre a educação ambiental como mediadora à equidade e justiça social frente aos problemas ambientais advindos da desigualdade social no Brasil. O tema proposto é pensado para aplicação no ensino fundamental I e II, considerando referências da Carta da Terra, documento que promove princípios éticos e valores fundamentais fortalecendo os Objetos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

## 2. Fundamentação teórica

### 2.1. Carta da Terra

A questão da sustentabilidade vem sendo discutida desde 1992, na Rio-92, em uma proposta de uma Carta da Terra, fato que se concretizou em março do ano 2000, em que foi ratificada como documento oficial.

Leonardo Boff (2006) apresenta uma leitura desse documento quando diz que:

A Carta da Terra representa uma contribuição importante para uma visão holística e integrada dos problemas socioambientais da humanidade. Ela, na verdade, assume as melhores e mais seguras intuições da ecologia e as torna fecundas na elaboração de uma nova visão das coisas na qual se fundamenta uma espiritualidade e uma ética novas. No entanto, não entende a ecologia, numa versão reducionista, como técnica de gerenciamento de recursos escassos da natureza, mas como um novo paradigma de relacionamento com a natureza, vendo “todos os seres interligados”, formando um imenso e complexo sistema. As quatro grandes tendências do discurso ecológico são assimiladas de forma criativa: a ambiental, a social, a profunda e a integral. (BOFF, 2006, p. 80).

A Carta da Terra com seu conteúdo que se integra com a visão holística, a visão do todo, sistêmica, poderia ser um dos fundamentos para a educação ambiental, como na educação integral estimulando a reflexão para a sustentação da vida como um todo. Ruscheinsky (2012)



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

complementa suas reflexões sobre a população mais pobre que sempre sobreviveu das migalhas do desenvolvimento, da qual não se pode esperar motivação em optar por medidas ambientalistas como solução para seus próprios problemas socioambientais.

## 2.2 Educação Ambiental

A humanidade como um todo está em uma encruzilhada. Boff (2006, p. 81) alertava sobre essas questões em relação à sustentabilidade, em que a humanidade se confrontaria com um desafio de muita gravidade, que seria urgente uma mudança de comportamento, atitude, pois enfrentaria uma situação de vida ou de morte.

Nesse contexto, em que a crescente desigualdade toma conta do planeta, bem como o desemprego e o fechamento de empresas, a Educação Ambiental com seus princípios, como educação para a vida, pode se tornar uma via para a conscientização e volta à natureza, à natureza humana. Como sugere Boff (2006) em sua reflexão sobre a profundidade e significado da palavra ecologia como parte dessa conscientização:

A ecologia *social* emerge nos temas da democracia, da justiça social e econômica, da não violência e da paz. A ecologia *profunda* aparece quando se refere ao sentido de responsabilidade universal, ao espírito de solidariedade humana, à reverência face ao mistério da existência, à gratidão pelo dom da vida e à humildade face ao lugar que o ser humano ocupa na natureza. E, por fim, a ecologia *integral* se expressa na consciência de que os seres humanos são parte de um vasto universo em evolução e que a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida (BOFF, 2006, p. 80).

A educação ambiental para uma vida sustentável profunda é responsabilidade de todos (GADOTTI, 2010), pois cada pessoa é parte de uma família, de uma comunidade, sociedade, e em todos esses âmbitos há participação. Portanto a responsabilidade de cada um com o planeta, com a regeneração de seus nichos, da biodiversidade, assim como sua conservação deveria fazer parte do dia a dia da humanidade como um todo. Entretanto, o que se vê é exatamente o contrário, tanto que se está enfrentando esta situação que até a presente data não se encontrou uma solução viável.

A responsabilidade de educar para a sustentabilidade é de todos. Ela não se estabelece de forma impessoal e descontextualizada, mas tem a ver com a escola que se vive, com a escola concreta de todos os dias, com seus problemas e suas virtudes, com o contexto em que está inserida. Ela tem a ver com o projeto da escola e com o projeto de vida das pessoas. O desafio é justamente construir uma gestão e um currículo que potencializem e ampliem iniciativas de sustentabilidade já existentes ou sonhadas, dentro e fora dos espaços educativos formais, (GADOTTI, 2010, p.7).

Como afirma Gadotti (2010), não é possível aprender a amar a Terra apenas com leitura, é preciso que cada pessoa tenha sua experiência própria, como parte ativa do ecossistema planetário e socioambiental. “[...] A espiritualidade da Terra é um convite para a sinergia de



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

todos os seres vivos que nela habitam. Ela é um documento inspirador que ninguém tem o controle sobre ele. [...]” (GADOTTI, 2010, p. 31).

### 3. Metodologia

A metodologia proposta baseia-se na abordagem qualitativa, de natureza básica e exploratória de levantamento bibliográfico.

A revisão bibliográfica foi pautada na Carta da Terra que traz preceitos éticos e valores fundamentais, que envolvem reflexões sobre os ODS 1, 4 e 10, quanto à importância das ações da educação ambiental nesse âmbito. Além disso, buscou-se nas competências gerais da BNCC, um momento de aprofundamento sobre as principais habilidades propostas quanto às questões ambientais, as quais são tratadas de maneira transversal.

Ainda, neste levantamento bibliográfico, buscou-se autores contemporâneos, a fim de verificar os referenciais sobre a educação ambiental como macro-tendência crítica, que busca priorizar o pensamento crítico quanto aos problemas ambientais, sociais e econômicos, propondo ações para a equidade e justiça social como parte do enfrentamento de tais problemas.

### 4. Resultados e discussões

Ao conhecer o conteúdo da Carta da Terra percebeu-se que este documento pode ser aplicado de forma criativa na educação formal como complemento nas unidades curriculares transversalmente, como Geografia, História, Ciências, Matemática e até Linguagens. Essas disciplinas podem tratar da educação ambiental junto aos estudantes do ensino fundamental I e II, a fim de ampliar percepções sobre a problemática socioambiental no Brasil. Nesse sentido, relacionado à proposta da BNCC, podem haver riscos na transversalidade do tema de educação ambiental, se não houver um projeto pedagógico na escola e a atenção do professor da Unidade Curricular.

Na Carta da Terra, em suas considerações finais, ou nominado “Caminho Adiante”, está escrito: “Como nunca antes na História, o destino comum nos conchama a buscar um novo começo.” (BOFF, 2006). Incrível, pois parece ter sido escrito hoje, como referência a este momento presente, às nossas responsabilidades como parte deste extraordinário planeta Terra, o nosso único lar, do qual se tem de cuidar, não apenas com teorias, mas acima de tudo com ações, hoje, agora, já, se quisermos sobreviver, enquanto humanidade e continuar nossa trajetória de vida, respeitando uns aos outros e toda a biodiversidade.

Entende-se que a educação de qualidade (ODS 4) seja um fator que estimula cidadãos ao desenvolvimento do pensamento crítico, com critérios próprios pautados no conhecimento, ciência e criatividade (MEC, 2017) e, conseqüentemente tenha ações conscientes e positivas sobre o meio, considerando o social, o ambiental e o econômico. Dessa forma, sua ausência compromete a interação com o contexto socioambiental e deixam os cidadãos suscetíveis a influência de *Fake News*. Segundo Ferreira, (2018), *Fake News* é definido categoricamente



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

como informações totalmente falsas, que foram criadas e divulgadas com fins de lucro, inclusive suas vertentes levam à desinformação que visam ganhos políticos, bem como com conteúdos descontextualizados ou distorcidos, com a finalidade de prejudicar e também enganar os leitores, ou seja, decisões programadas por outrem e por interesses próprios.

Entende-se também que os ODS têm possibilidade de relacionar esta temática aos desafios socioambientais globais. Embora pareça que não sejam muito conhecidos ou trabalhados em cursos fora da área de Sustentabilidade, cabe à escola, em seu projeto educacional, propor atividades que relacionem a educação de qualidade junto à educação ambiental e a desigualdade social. Considerando que todas as pessoas são parte de uma família, sociedade dependente e responsável pelo ecossistema, entende-se quando Layrargues (2009) traz a discussão sobre a necessidade de se repensar a desigualdade no Brasil, que também se apresenta multifacetada e refletida em diferentes áreas do social, ambiental e econômico. Camillo (2020) complementa considerando que a educação de qualidade leva as pessoas a desenvolverem a reflexão e, como consequência, o pensamento crítico. Contudo, o próprio Camillo (2020) acrescenta que devido à situação vivida atualmente no Brasil, muitas políticas públicas foram canceladas, tanto na área da educação quanto no social.

Denota-se que o índice de desemprego atual pode ampliar a desigualdade social que, segundo o IPEA (2018), apresenta na análise entre os anos 2012 a 2018, demonstram que no âmbito internacional, a proporção de uma parcela da população abaixo da linha da pobreza era de 6,5%. Enquanto o ODS 1 menciona acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, fato que até a data de 2018, segundo o IPEA não foi alcançado, pelo contrário aumentou.

Para Hoshi (2012, p. 16), a inteligência humana falhou ao acreditar que ao utilizar simplesmente a intelectualidade para desenvolver recursos tecnológicos e fabricá-los resolveria todos os problemas da sociedade, trazendo com isso uma aparente paz social que se reflete e é encoberta nas mazelas da pobreza, na degradação ambiental em todos os âmbitos, assim como na falta de justiça social. E nessa busca infinita por novas tecnologias, que nem sempre são limpas, cavou-se um abismo de insuficiência que impede a regeneração do próprio habitat em que se vive.

Observando a história humana podemos propor algumas reflexões: O que foi feito em prol da vida e da sobrevivência do mundo e das espécies viventes como um todo? Será que entendemos o significado deste processo que se está vivenciando? E a educação oficial como tem contribuído para que o ser humano se integre com a natureza, a respeite e compreenda que é parte dela? Hoshi (2012), de certa maneira, responde a essas perguntas:

A integridade ecológica, por sua capacidade de união e interação, acaba por promover diferentes filigranas sobre variados temas que estão e são interligados para a sustentabilidade. Saúde, pobreza, internalização dos custos de produção, crescimento populacional, justiça, paz, não violência etc., todos são temas interligados que refletem e refletem a si próprios, positivamente ou negativamente, quando da degradação da natureza sem precedentes, no apelo do desenvolvimento econômico e



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

não no desenvolvimento humano, amalgamado com os não humanos, (HOSHI, 2012, p. 18).

Em Ruscheinsky (2012), pode-se ver na educação ambiental uma possibilidade para que os princípios expressos na Carta da Terra se façam realidade, quando nos fala do relevante papel da educação ambiental, por meio da qual os cidadãos desenvolvam uma participação ativa, comprometendo-se com o meio ambiente e consigo próprios.

Gadotti (2010) traz a reflexão de que não basta apenas a leitura para aprender a amar a Terra, mas é preciso que cada ser humano tenha uma experiência ativa no ecossistema e como parte da vivência socioambiental. E para isso, faz-se necessário uma gestão educacional com um currículo que potencialize as questões da sustentabilidade junto ao corpo docente e familiares.

As práticas da educação ambiental vinculadas à educação formal devem ser uma maneira de conscientizar a nova geração quanto à sua responsabilidade no ambiente socioambiental, afinal essa geração será responsável pelo planeta em breve. Portanto, cabe aos educadores trabalhar seus conteúdos curriculares de forma crítica, ou seja, com um viés voltado aos problemas contemporâneos reais, dando a conhecer a realidade com todas as suas implicações e ações em prol de um mundo mais justo e equitativo. Contudo, ao falar de educação crítica, é importante acrescentar o significado da palavra paz, no contexto político, encontrado no dicionário on-line (Dicio, 2020):

Circunstância em que certos países não estão em guerra ou conflito; anulação das hostilidades entre nações, estabelecida por acordos de amizade. Em que há silêncio e descanso; sossego. Falta de problemas; ausência de violência. Relação tranquila entre pessoas.

Sendo assim, entende-se que todas as relações interpessoais em contexto social ou educacional tem conotação política e ao ser aplicada a uma educação crítica jamais deveria incitar à violência, ou ainda melhor, deveria tratar da não violência, fundamentada na justiça. Afinal, no Brasil, vive-se em uma democracia, em que todas as opiniões devem ser respeitadas e discutidas de forma pacífica para, assim, poder entrar em um acordo, conforme Ferreira e Mota (2018, p.160):

Em termos genéricos, encontramos um certo consenso em torno de um conceito de “paz” [...], no sentido de afirmação de valores como o altruísmo, o respeito, a tolerância, entre outros. Um entendimento que constitui, afinal, o ponto de chegada de um processo histórico que teve o seu início na Grande Guerra de 1914-1918, momento onde é possível situar as primeiras tentativas explícitas para fundamentar, do ponto de vista psicopedagógico, a Educação para a Paz. As origens e antecedentes da Educação para a Paz, bem como o seu desenvolvimento posterior, ocorre em linhas paralelas, com contributos do legado da não-violência – de Mahavira ao Mahatma Ghandi, passando pela doutrina de Jesus Cristo e as práticas sociais dos primeiros cristãos ou o pacifismo neocristão de Erasmo de Roterdão e Juan Luis Vives – e da história da renovação educativa, nomeadamente, com Comênio e Jean Jacques Rousseau.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

No documento referente à aplicação da Carta da Terra na Educação, do acervo do Centro de Referência Paulo Freire, Gadotti (2010) comenta sobre o paradigma da sustentabilidade, o qual implica em uma construção de valores, conhecimentos e aprendizagens renovados. Segundo ele, a própria Unesco tem a incumbência de dar seguimento ao capítulo 36 da Agenda 21 (MMA, 2020), cuja referência trata da educação ambiental em todos os âmbitos e níveis, quanto à atitudes, valores e ações que possam ser saudáveis ambientalmente e, também promovam o desenvolvimento sustentável, a formação de educadores e a informação ao público em geral para conscientizá-los quanto à necessidade de rever a questão ambiental.

Gadotti (2010) faz referência a uma série de alternativas de atividades desenvolvidas desde 1992, no Brasil, que foram utilizadas pela educação ambiental tendo como base a Carta da Terra, que é utilizada em propostas curriculares em escolas públicas e privadas, tendo sua relevância a defesa do meio ambiente, a fim de criar uma consciência socioambiental.

Entende-se o quão relevante é o alinhamento do projeto da escola com o planejamento do ensino, junto aos professores, destacando a relevância do papel conscientizador e transformador da Educação Ambiental. Como macrotendência histórico-crítica, segundo Layrargues (2009), a EA traz a expectativa de realizar uma leitura inovadora de fazer educação, considerando dois aspectos, seus fundamentos e suas posturas. Reconhece-se nas opções político-pedagógicas da educação ambiental duas situações, que se apresentam diversas de acordo à intencionalidade pedagógica, a perpetuação da sociedade de acordo ao seu ‘status quo’ ou a transformação desta mesma sociedade consciente de seu papel como cidadão.

Atividades como leitura, pesquisas e reflexões sobre os temas da sustentabilidade, que envolvem problemas ambientais discutidos neste artigo, podem vir a ser uma forma de iniciar o processo de incentivo ao pensamento crítico acerca das possíveis soluções que a nova geração terá de encontrar para dar sequência à espécie humana, que envolve igualmente a natureza ao seu redor.

Em projetos de EA, é possível comprovar mudanças de atitude e reflexão de um grupo ou de uma comunidade. No caso apresentado por Rosa et al. (2015, p. 212), as atividades socioeducativas praticadas nas comunidades do Maceió (Niterói, RJ) e Zumbi do Pacheco (Jaboatão dos Guararapes, PE) possibilitaram o estabelecimento de uma via de comunicação sobre riscos associados a inundações e deslizamentos de terras, envolvendo vários atores interessados no tema: moradores, técnicos e agentes da Defesa Civil. Foi demonstrado que a educação ambiental proporcionou uma nova abordagem para o enfrentamento dos riscos de desastres socioambientais, que ultimamente vem aumentando devido às mudanças climáticas.

O estímulo a essa responsabilidade é um dever que a atual geração deveria ter com relação a sua própria existência, a toda a fauna e flora do planeta, que se quer em uma vida se tem a oportunidade de conhecer em sua totalidade. Este é um momento crucial para se rever todo este entramado que faz parte da vida de cada ser vivente, não apenas como quem desfruta



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

da vida por meios materiais, por seu conforto, tecnologia, e que acredita-se ser o cerne da evolução atual da sociedade humana.

Portanto, a educação ambiental na promoção de uma educação de qualidade (ODS 4), a fim de revisar as questões e ações para a redução da desigualdade (ODS 10), igualmente a erradicação da pobreza (ODS 1), pode ser uma maneira de promover a tomada de consciência sobre a sua importância da sobrevivência humana e da preservação do meio ambiente, em âmbito social e econômico, sempre considerando as possibilidades de um desenvolvimento sustentável.

## 5. Considerações Finais

Considerando-se que para que a educação seja de qualidade é preciso unir as instituições públicas e privadas de Educação Básica (educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio), de Educação Técnica e de Ensino Superior, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e a comunidade a partir da Educação Ambiental em projetos educacionais e sociais com conscientização e práticas, visando salvaguardar o meio ambiente, quem sabe resultando em políticas públicas aplicáveis em diferentes contextos.

Em outras palavras, é necessário incorporar o ser humano nesse impacto, pois a humanidade, em especial a parcela mais pobre, está vivenciando na prática, as consequências da degradação para sua sobrevivência como, por exemplo, com o novo coronavírus (VEJA, 2020; UOL, 2020).

A educação ambiental em uma perspectiva equitativa de justiça social pode inferir nos meios sociais, a fim de transformar os brasileiros em cidadãos conscientes de seu papel como partícipes com responsabilidade do meio onde vivem.

A atual BNCC (Base Nacional Comum Curricular), segundo Behrend *et al.* (2018), em uma pesquisa de análise documental, quanto às referências, comenta que a educação ambiental é basicamente excluída, embora seja uma área do conhecimento que está em construção e se consolidando nas políticas públicas em âmbito nacional e internacional. E ainda, faz uma reflexão quanto ao papel atual da educação ambiental sob uma perspectiva transformadora que vai ao encontro da política neoliberal.

E, concluindo, corrobora-se com Layrargues (2009), pois para que se efetive a sustentabilidade é preciso o enfrentamento dos problemas ambientais que se derivam da pobreza e da riqueza, aí estaria o combate à desigualdade. Para tanto, é preciso refletir sobre propostas de educação ambiental como contribuição para equidade e justiça social frente aos problemas ambientais advindos da desigualdade social no Brasil.

Assim, este artigo como reflexão, pode vir a ser uma base para futuros projetos de educação ambiental para escolas, universidades e cursos de empreendedorismo, em entidades públicas e privadas, para tratar questões socioambientais e as consequências das ações humanas sobre o



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

meio, sempre visando uma ação prática para uma melhoria na qualidade de vida de cada ser humano deste planeta.

## 7. Referências bibliográficas

BEHREND, Danielle Monteiro; COUSIN, Cláudia da Silva; GALIAZZI, Maria do Carmo. Base Nacional Comum Curricular: o que se mostra de referência à educação ambiental?. 2018. In: X Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental - EDEA. **Edição Especial**, v. 23, n. 2, 2018.. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8425>. Acesso em: 12 out. 2020.

BOFF, Leonardo. A Carta da Terra. **Revista do Curso de Administração da Faculdade da Serra Gaúcha**. v. 6, n. 10, p.79-96, 2006. Caxias do Sul, RS: FSG, 2006. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cartadaterra.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles**. Caderno ODS. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9349>. Acesso em 22 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas**. Caderno ODS, 2013. Brasil. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=caderno+ods+objetivo&ordering=category&searchphrase=all&limit=100&areas\[0\]=content&option=com\\_search](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=caderno+ods+objetivo&ordering=category&searchphrase=all&limit=100&areas[0]=content&option=com_search). Acesso em: 22 mai. 2020.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Educação ambiental**: capítulo 36 da Agenda 21. 14 de agosto de 1992. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental/documentos-referenciais/item/8067-cap%C3%ADtulo-36-da-agenda-21.html>. Acesso em 17 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Agenda 21**: Carta da Terra. 2000. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>. Acesso em: 25 out 2019.

MEC (Ministério da Educação). **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental>. Acesso em 21 out. 2020.

COSTA, Hugo Martins da; MILANI, Carlos. **Política externa e pandemia do novo coronavírus no Brasil**: conjuntura entre 1/12/2019 e 31/3/2020. *Blog DADOS*, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/politica-externa-e-pandemia-do-novo-coronavirus-no-brasil-conjuntura-entre-1-12-2019-e-31-3-2020/>. Acesso em: 23 jul. 2020.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

FERREIRA, António Gomes, MOTA, Luís. A educação para a paz no Século XXI: busca de sentidos no espaço virtual. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 5, n. 11, p. 159-179, 2018. Disponível em: <http://200.129.142.19/index.php/EDUCA/article/view/3110/2368> . Acesso em: 19 jun 2020.

CAMILLO, Everton da Silva. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030**. [Dissertação de Mestrado]. Marília: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2020. São Paulo. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191535/camillo\\_es\\_me\\_mar.pdf?sequenc e=5&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191535/camillo_es_me_mar.pdf?sequenc e=5&isAllowed=y). Acesso em: 22 mai. 2020.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/paz/#:~:text=Significado%20de%20Paz,estabelecida%20por%20ac ordos%20de%20amizade>. Acesso em 07 out. 2020.

RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=T\\_iAj1HPfeUC&oi=fnd&pg=PA5&dq=+Carta+da+terra+Educa%C3%A7%C3%A3o+Ambiental+mediadora+entre+a+Desigualdade+e+a+Justi%C3%A7a+Social,+uma+pr%C3%A1tica+em+prol+da+Ecologia+e+do+Altru%C3%ADsmo.+&ots=hsy74fjR\\_&sig=Bo PrzuSLe-r4DTHHXnSnHBvJz-E#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=T_iAj1HPfeUC&oi=fnd&pg=PA5&dq=+Carta+da+terra+Educa%C3%A7%C3%A3o+Ambiental+mediadora+entre+a+Desigualdade+e+a+Justi%C3%A7a+Social,+uma+pr%C3%A1tica+em+prol+da+Ecologia+e+do+Altru%C3%ADsmo.+&ots=hsy74fjR_&sig=Bo PrzuSLe-r4DTHHXnSnHBvJz-E#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 13 jul. 2020.

FERREIRA, Ricardo Ribeiro. Rede de mentiras: a propagação de *fake news* na pré-campanha presidencial brasileira. **Observatorio (OBS\*) Journal**, ed. especial, p. 139-162. Portugal, 2018. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/1272/pdf>. Acesso em 26 mai. 2020.

GADOTTI, Moacir. **A Carta da Terra na educação**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: [http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2812/4/FPF\\_PTPF\\_12\\_048.pdf](http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2812/4/FPF_PTPF_12_048.pdf). Acesso em: 17 jun. 2020.

HOSHI, Simone Shizue da Costa. A Carta da Terra e o princípio da integridade ecológica. **Veredas do Direito**. v. 9 n. 17, p.31-60, 2012. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/253>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Agenda 2030: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 21 mai. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,6% e taxa de subutilização é de 25,6% no trimestre encerrado em abril de 2020**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia->



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas  
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade  
17 a 19 de novembro de 2020

de-noticias/releases/27820-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-25-6-no-trimestre-encerrado-em-abril-de-2020#:~:text=Pr%C3%B3ximas%20divulga%C3%A7%C3%B5es-,PNAD%20Cont%C3%ADnua%3A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20de%2012%2C6%25,encerrado%20em%20abril%20de%202020&text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20desalentada%20(5%2C0,ao%20mesmo%20per%C3%ADodo%20de%202019. Acesso em: 15 out. 2020.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Objetivos de Desenvolvimento**

**Sustentável:** Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza, 2018. Disponível em : <https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador111>. Acesso em 24 out. 2020.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo. Editora Cortez, 2009.

ROSA, Teresa da Silva; MENDONÇA, Marcos Barreto; MONTEIRO, Túlio Gava; SOUZA, Ricardo Matos de; LUCENA, Rejane. A educação ambiental como estratégia para a redução de riscos socioambientais. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. , p. 211-230, 2015. Trimestral. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2015000300013&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2015000300013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 out. 2020.

SAKAMOTO, Leonardo. **Coronavírus:** Brasil mostra que é projetado para matar pobre em pandemia. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/05/06/coronavirus-brasil-mostra-que-e-projetado-para-matar-pobre-em-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 23 jul. 2020.

VEJA. **Covid-19:** uma doença de classe baixa. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/covid-19-uma-doenca-de-classe-baixa/>. Acesso em 23 jul. 2020.